



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e ampliação da edificação, destinado ao funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, localizado na Avenida Presidente Valentim Gentil, Centro, Município de Itápolis/SP.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizam -se como obra de engenharia nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As empresas interessadas poderão realizar VISITA TÉCNICA no local da obra.

Caso a empresa opte pela realização de visita técnica, esta deverá ser agendada diretamente na Secretaria Municipal de Obras, até o dia anterior a data da sessão pública do certame, devendo o licitante entrar em contato pelo telefone (16- 3263-8000).

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A Prefeitura Municipal de Itápolis, como empresa pública responsável pela infraestrutura urbana, bem como garantir o acesso da população aos sistemas de saúde, levando qualidade de vida as pessoas, solicita a Contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma e ampliação da edificação, destinado ao funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO.

Os serviços compreenderão, de forma geral:

Execução da Obra

Implantação do canteiro de obras e serviços preliminares necessários ao início da construção;

Execução das fundações, estrutura, alvenaria, cobertura;



Demolições e remoções necessárias (paredes, revestimentos, pisos, forros, esquadrias e instalações existentes).

Transporte e descarte adequado dos entulhos.

Execução de esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas e demais acabamentos.
Execução das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, pluviais, de gases, climatização, rede de dados e demais sistemas necessários ao funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas - CEO;

Adequação da edificação às normas técnicas vigentes, incluindo acessibilidade (ABNT NBR 9050), segurança contra incêndio e pânico, vigilância sanitária e normas da aplicáveis a estabelecimentos de saúde;.

Implantação de ambientes específicos para atendimento odontológico especializado, como consultórios, salas de esterilização, recepção, áreas administrativas, sanitários e áreas de apoio.

3.DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. É vedada a subcontratação total do objeto

3.2. Será admitida a subcontratação parcial dos serviços específicos, desde que previamente justificada tecnicamente pela Contratada e autorizada expressamente pela Contratante, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

3.3. A subcontratação não exime a Contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, permanecendo esta responsável técnica, civil, administrativa e contratualmente pelos serviços subcontratados.

3.4. A Contratada deverá apresentar, previamente à execução, a identificação da(s) empresa(s) subcontratada(s), bem como a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica.

3.5. Não será permitida a subcontratação de parcelas consideradas relevantes ou de maior complexidade técnica do objeto, definidas no Projeto Básico, Termo de Referência ou Edital.



4. FUNDAMENTO LEGAL

4.1. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, bem como as demais condições e exigências estabelecidas no Edital.

4.2. O serviço objeto desta contratação caracteriza-se como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA pois há um domínio uniforme do mercado relevante acerca da execução e não terá inovação significativa do espaço físico, tratando-se de especificações usuais de mercado e com os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência.

4.3. Ainda que demande o acompanhamento de um responsável técnico detentor de qualificação profissional específica de Engenharia, considera-se serviço comum de engenharia também pelo fato de o mercado relevante possuir pleno domínio das técnicas de sua realização, permitindo uma proposição objetiva e padronizada da execução do objeto.

4.4. O regime de execução da contratação é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

5. JUSTIFICATIVA

O prédio do Centro de Especialidades Odontológicas encontra-se em condições precárias de uso, apresentando deficiências estruturais, funcionais e de acessibilidade, comprometendo o atendimento adequado à população.

A reforma é imprescindível para garantir acessibilidade universal, segurança, adequação sanitária, funcionalidade dos ambientes odontológicos e conformidade com as normas do Corpo de Bombeiros, assegurando qualidade e continuidade dos serviços de saúde pública. O município de Itápolis conta com a Secretaria Municipal de Saúde, que desempenha papel fundamental em todo sistema de saúde do município, possuindo profissionais capacitados e qualificados para o atendimento a população. No entanto, com a evolução urbana/populacional, o sistema requer ajustes, readaptações e ampliações. Para a execução da obra a prefeitura conta com a secretaria de serviços públicos, estes são capacitados e ficam destinados a realizar pequenos reparos, e diversas manutenções dos prédios e imóveis públicos. No entanto a execução de reforma e ampliação do prédio, objeto deste contrato, demanda um serviço mais operoso de engenharia, havendo a



necessidade de contratação de maquinários, mão de obra específica como encanadores, eletricitas, calheiros, aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, andaime, caminhão betoneira, perfuratrizes, valetadeiras, bem como mão de obra especializada para execução dos serviços de construção e instalação.

6. NECESSIDADE DO NEGÓCIO

A presente contratação é necessária para a execução de obras de engenharia, compreendendo, fornecimento de material, mão de obra, equipamentos e serviços conforme planilha orçamentária, projetos executivos e memorial descritivo; memorial descritivo que integram este Termo de Referência.

A contratada deverá prestar integralmente os serviços objeto da licitação, observando rigorosamente as condições, prazos, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em sua proposta.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, com qualificação técnica compatível e conhecimentos específicos das atividades a serem desenvolvidas, em conformidade com as normas técnicas, legais e regulamentares vigentes.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem por objetivo a reforma e ampliação da edificação existente destinado ao funcionamento do Centro de Especialidades Odontológicas de modo a atender às necessidades operacionais, administrativas e assistenciais do serviço, em conformidade com as normas técnicas, legais, urbanísticas e sanitárias vigentes.

A solução proposta contempla a execução integral dos serviços de engenharia, incluindo a reforma e ampliação do prédio, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. Estão compreendidos, entre outros, os serviços de fundações, estrutura, vedações, cobertura, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, sistemas de prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, acabamentos e demais serviços complementares necessários à plena execução do objeto.



O novo prédio deverá ser executado de forma a garantir funcionalidade, segurança, eficiência operacional e conforto, atendendo às exigências específicas do Centro de Especialidades Odontológicas, incluindo áreas administrativas, consultórios, e demais espaços indispensáveis ao adequado funcionamento do serviço.

A contratação abrange ainda o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos e ferramentas, bem como a gestão da obra, cumprimento do cronograma físico-financeiro e atendimento às normas da ABNT, à legislação ambiental, trabalhista e às normas de segurança e saúde no trabalho, assegurando a entrega da obra em plenas condições de uso.

Com a implementação desta solução, busca-se modernizar e adequar a infraestrutura física do Centro de Especialidades Odontológicas, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes e contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

8. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente na hipótese de não conclusão do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis decorrentes do atraso.

O início do serviço deve ser efetuado no prazo máximo de 15 dias úteis, a partir da emissão da ordem de serviço.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o termo de referência, memorial descritivo, projetos e cronograma.

9. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS/MATERIAIS

O aceite dos serviços e materiais objeto desta contratação ocorrerá mediante **medições por etapas**, conforme o **Cronograma Físico- Financeiro**, devidamente **atestadas pelo corpo técnico de engenharia da Prefeitura Municipal de Itápolis**, após verificação da conformidade da execução com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e normas técnicas aplicáveis.



Constatada qualquer irregularidade na execução contratual, será aplicada **retenção ou glosa no pagamento**, de forma proporcional à gravidade da não conformidade verificada, **sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis**, especialmente quando a Contratada:

- 9.1. Não atingir os resultados e metas pactuados no contrato;
- 9.2. Deixar de executar os serviços ou executá-los em desacordo com os padrões mínimos de qualidade técnica exigidos;
- 9.3. . Empregar materiais, equipamentos ou recursos humanos em desconformidade com as especificações contratuais, ou em quantidade ou qualidade inferior à demandada.

Para fins de aferição da execução contratual e liberação de pagamentos, serão observados os seguintes critérios:

- 9.4. Ao final de cada etapa da execução, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada deverá apresentar **medição dos serviços efetivamente executados**, por meio de planilha detalhada, acompanhada dos registros técnicos necessários à conferência;
- 9.5. Uma etapa somente será considerada **efetivamente concluída** quando todos os serviços nela previstos estiverem integralmente executados, em conformidade com as especificações técnicas e aprovados pela fiscalização.
- 9.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório dos serviços executados, mediante termo circunstanciado, que comprove o atendimento às exigências de caráter técnico, nos termos do art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

10. DO CONSORCIO

Trata-se de justificativa referente à vedação da participação de empresas em consórcio no presente certame. Cumpre ressaltar que a admissão ou veto à formação de consórcios em certames licitatório se torna discricionária ao ente administrativo para dispor sobre a questão em seus instrumentos convocatórios, conforme o art. 15 da lei n. 14.133/2021, onde há possibilidade de não permitir consórcios, mediante justificativa.

Verifica-se que não se trata de uma regra absoluta, a participação de empresas em consórcios, visto que no referido artigo permite-se a vedação de consórcio mediante justificativa, entende-se que a participação de consórcio deve voltar-se para contratações



nas quais a presença de empresas, individualmente, poderia comprometer o próprio êxito do processo licitatório e, consequentemente, da contratação visada. Todavia, este não é o caso do objeto que se busca licitar, haja vista que os serviços licitados podem ser considerados comuns de mercado, sem qualquer complexidade técnica que remonte a necessidade de conjunção de esforços para que o interesse público possa ser satisfeito.

É importante frisar que no presente caso, a vedação à participação de empresas em consórcio não tem o objetivo de restringir a competitividade, mas, ao contrário, aumentá-la, ao passo que haverá um maior número de empresas participando individualmente, o que ocasiona um acaloramento competitivo entre os licitantes.

O doutrinador Marçal Justen Filho (2009, p. 47 e 477) pondera que:

No campo das licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) a complexidade do objeto torna problemáticas a competição. Isso se passa quando grandes quantidades de empresas, isoladamente, não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a vida adequada para propiciar ampliação do universo de participantes. É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.

Conforme previu o doutrinador citado, em certames nos quais a disputa seria reduzida a um pequeno número de licitantes, o consórcio seria uma ferramenta para a satisfação do interesse público através da ampliação da competitividade.

Já nos casos como o objeto que se busca adquirir, há maior chance do efeito ser oposto, além da disputa ser por item, há ainda diversas empresas com potencial para fornecimento do objeto, o que poderia abrir um precedente para que os interessados se reúnam para angariar grande parte dos itens licitados sem que, necessariamente tivessem que disputar entre si.



Diante do exposto, e por considerar que para o objeto a ser licitado há diversas empresas com potencial para os serviços, decide-se por não permitir a participação de consórcio, pois a não permissão não configura qualquer restrição à competitividade.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e recursos necessários à execução integral da obra, conforme projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência;

11.2. Disponibilizar mão de obra qualificada e especializada, em quantidade suficiente e com capacidade técnica comprovada, apta a executar os serviços contratados com qualidade, segurança e eficiência;

11.3. Executar os serviços objeto da presente licitação em estrita conformidade com os projetos executivos, planilha orçamentária, memorial descritivo, Termo de Referência, normas técnicas vigentes e proposta apresentada;

11.4. Utilizar empregados devidamente habilitados, capacitados e treinados observando integralmente as normas técnicas, regulamentadoras, de segurança do trabalho e demais disposições legais aplicáveis.

11.5. Responsabilizar-se integralmente por todas as **obrigações trabalhistas**, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais, securitárias e demais encargos legais decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo ou responsabilidade solidária ou subsidiária com o Contratante;

11.6. Responder por danos causados diretamente à Administração, a seus **bens ou a terceiros**, decorrentes de ação ou omissão, culpa ou dolo, durante a execução do contrato, promovendo a imediata reparação.

11.7. Comunicar imediatamente ao contratante a ocorrência de qualquer fato relevante, extraordinário ou anormal que possa comprometer o cumprimento do contrato, indicando as providências adotadas ou necessárias



11.8. Manter, durante toda a vigência contratual, **todas as condições de habilitação e qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômico- financeira exigidas na licitação**, comunicando formalmente ao Contratante a ocorrência de qualquer fato impeditivo superveniente.

12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

12.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, **atestando a conformidade técnica e contratual** da obra;

12.2. Disponibilizar à Contratada os **projetos executivos, estudos técnicos, licenças, autorizações e demais documentos existentes**, necessários à adequada execução do objeto, quando de sua responsabilidade;

12.3. Garantir que o **local da obra esteja livre e com acesso desimpedido**, em adequadas para o início e desenvolvimento dos serviços, cabendo à Prefeitura Municipal de Itápolis a limpeza da área e a liberação do acesso, não integrando tais atividades o escopo da contratação;

12.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada **conforme medições aprovadas**, prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que cumpridas todas as exigências técnicas, legais e contratuais;

12.5. Prestar os esclarecimentos e adotar, em tempo hábil, as providências administrativas que se fizerem necessárias para a boa execução do contrato.

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. Prova de registro da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA ou CAU, em plena validade, conforme a área de atuação compatível com o objeto da licitação;



13.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, ou a ele vinculado, profissional(is) legalmente habilitado(s), sendo Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, devidamente registrado(s) no órgão competente (CREA ou CAU), que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra;

13.3. A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a empresa poderá ocorrer por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços, inclusive na condição de profissional autônomo, desde que o vínculo esteja formalmente constituído até a data da apresentação das propostas, nos termos da legislação vigente;

13.4. Atestado de Vistoria **Técnica** emitido pela Administração ou, alternativamente, **Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante**, atestando o pleno conhecimento das condições, características e peculiaridades do local e do objeto da contratação.

13.5. **Capacidade técnico-profissional**, nos termos da Súmula nº 23 do TCE/SP: comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) é(são) detentor(es) de **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU, que comprove(m) experiência anterior em **execução de obras de edificação** com características compatíveis às do objeto desta licitação;

13.6. As Certidões de Acervo Técnico deverão referir-se a **obras de construção de edificações**, compatíveis em tipologia, complexidade e natureza com o objeto contratado;

13.7. **Capacidade técnico-operacional**: apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, em nome da empresa licitante, que comprove(m) a execução de obra(s) semelhante(s) ou compatível(is), em características e quantidades, correspondente(s) a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do objeto licitado;

Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a execução mínima comprovada de **edificação em alvenaria**, com área construída igual ou superior a **158,5 m²**;

13.8. A comprovação da capacidade técnica prevista nos itens anteriores poderá ser



realizada por meio do **somatório de atestados ou certidões**, desde que demonstrem, de forma objetiva, o atendimento às exigências mínimas estabelecidas.

14. DO PRAZO PARA CONCLUSÃO

O prazo para a conclusão do objeto é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da **data da emissão da Ordem de Serviço**, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

Parágrafo único. O prazo poderá ser **prorrogado mediante termo aditivo**, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não afastada a aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de gestor e fiscal(is) do contrato formalmente designado(s), a quem competirá o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução do objeto;

15.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

15.4. A administração poderá convocar representante legal da Contratada adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para esclarecimentos relacionados à execução contratual;

15.5. Após a assinatura do contrato, a Administração **poderá realizar reunião inicial** com a Contratada, com a finalidade de apresentar o plano de fiscalização, contendo informações



sobre as obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, cronograma, metodologia de aferição dos resultados e sanções aplicáveis, quando cabível.

16. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **fiscal(is) do contrato formalmente designado(s)**, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

Compete ao fiscal do contrato:

- I. Controlar o prazo de execução do objeto, bem como o cumprimento das etapas previstas e dos demais prazos contratuais;
- II. Acompanhar a execução contratual quanto aos aspectos **qualitativos e quantitativos**, verificando a conformidade dos serviços executados com o contrato e seus anexos;
- III. Registrar, em livro próprio ou sistema oficial, todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução do contrato;
- IV. Determinar a **reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição**, às expensas da Contratada, no todo ou em parte, dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- V. Receber e conferir a documentação necessária à instrução dos pagamentos, encaminhando-a ao setor competente.
- VI. Proceder ao **recebimento provisório e definitivo** do objeto, nos prazos e condições definidos no Termo de Referência ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade técnica e formal, com emissão de termo circunstanciado.
- VII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, Termo de Referência ou contrato



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Avenida Florêncio Terra, 399 | Centro | CEP: 14900-219 | Itápolis / SP
Contato: (16) 3263-8000 | www.itapolis.sp.gov.br

- VIII. Exigir e assegurar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e dos prazos estabelecidos, inclusive quanto a eventuais termos aditivos
- IX. Atestar as notas fiscais ou documentos equivalentes e encaminhá-los à autoridade competente da pasta requisitante.
- X. Comunicar ao gestor do contrato e à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer prejuízo ao interesse público.
- XI. Realizar ou aprovar as **medições dos serviços efetivamente executados**, em consonância com o previsto no contrato e no cronograma físico-financeiro;
- XII. Propor medidas corretivas ou de melhoria contínua visando à adequada execução do contrato;
- XIII. Sugerir, quando identificado tecnicamente, a necessidade de **acréscimos ou supressões contratuais**, submetendo a análise à autoridade competente.
- XIV. Elaborar e manter atualizado **relatório periódico de acompanhamento da execução contratual**, contendo análise técnica e qualitativa dos serviços realizados.
- XV. Propor à autoridade competente a **instauração de procedimento administrativo** para apuração de responsabilidade, quando constatadas irregularidades.



17. GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato deverá:

- I. Acompanhar regular e sistematicamente o instrumento contratual;
- II. Manter o controle do prazo de vigência do contrato;
- III. recomendar, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida e conveniente;
- IV. Encaminhar ofício à contratada para manifestação quanto à concordância de eventual prorrogação do contrato;
- V. Notificar a contratada, mediante apontamento do Fiscal de Contratos, quanto a eventuais pendências na execução do contrato;
- VI. Adotar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação de regência, para decisão da autoridade competente;
- VII. Acompanhar os lançamentos do contrato no sistema de controle de contratos ou equivalente, verificando e informando ao Departamento de Finanças os empenhos a serem executados para o exercício orçamentário seguinte referente a prestação de serviços continuados.
- VIII. Comunicar formalmente à unidade requisitante e às áreas administrativas competentes o encerramento do contrato, adotando as providências administrativas finais pertinentes.

18. JUSTIFIATIVA PARA ESCOLHA DOS ÍNDICES

A qualificação econômico financeira equivale à disponibilidade de recursos financeiros para a efetiva execução do objeto da licitação, tendo em vista os bens e direitos de sua titularidade, obrigações contraídas e as receitas futuras. A exigência faz se necessário a uma vez que através dos índices podemos avaliar a saúde financeira da empresa, prever riscos, garantir a qualidade e a eficiência do serviço ou produtos a ser contratado, além de estar prevista na Lei 14.133/2021, Art. 69.

A exigência de índice de endividamento em licitações visa avaliar a capacidade financeira do licitante, garantindo que este não se encontre em situação de insolvência ou com dívidas



excessivas que possam **comprometer a execução do contrato**. O índice de endividamento demonstra a proporção do ativo total comprometido com o pagamento de dívidas, indicando a capacidade da empresa honrar suas obrigações.

Dispõe a Lei 14.133/2021 Art. 69:

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.

§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.

§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação

§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos,

A Lei prevê a exigência de coeficientes e índices econômicos, os índices solicitados no

respectivo edital são: índice de liquidez geral, índice solvência geral e índice de liquidez corrente, sendo os mesmos uns dos principais indicadores para análise do balanço e usualmente adotados para avaliação da situação econômico-financeira.

- O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de honrar suas obrigações a longo prazo.
- O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos de curto prazo
- Os **índices de solvência Geral (ISG)**: Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O edital exige índice de liquidez Geral $\geq 1,0$ (um), índice de solvência $\geq 1,0$ (um) e Índice de Liquidez Corrente igual ou superior $\geq 1,0$ (um).

Solvência Geral: Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de liquidez Corrente é tudo que pode ser convertido em dinheiro rapidamente para saldar suas dívidas a curto prazo.

Já índice de liquidez Geral abrange tanto as obrigações de curto prazo quanto as obrigações de longo prazo, ou seja, considera tanto os ativos e passivos de curto prazo quanto de longo prazo.

Sendo ferramentas importantíssimas para medição da boa saúde financeira de uma empresa, cabe frisar que os limites solicitados são razoáveis e de acordo com a Lei 14.133/2021 fica a critério da Administração Pública estabelecer os limites para que contratação seja feita com a devida segurança e de acordo com a complexidade do objeto a ser licitado.

Assim, não resta dúvida que não há nenhuma arbitrariedade na exigência dos índices escolhidos e seus limites.

19. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA



19.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (02) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

19.2. As sociedades anônimas deverão apresentar a cópia autenticada da publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação, onde a empresa licitante está estabelecida.

Se a licitante tiver sido constituída há menos de 01 (um) ano, a documentação referida nos subitens “19.1” e “19.2” deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento.

A verificação da boa situação financeira do licitante será mediante a apuração dos indicadores contábeis do último exercício social:

“Índice de Liquidez Geral”, aplicando a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \quad \text{Resultado } ILG \geq 1,0$$

Onde: ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;

ELP - Exigível a Longo Prazo.

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Geral” for inferior a 1,0 (um).

“Índice de Solvência Geral”, aplicando-se a seguinte fórmula :

$$\frac{AT}{PC + PNC} \quad \text{Resultando ISG} \geq 1,0$$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Avenida Florêncio Terra, 399 | Centro | CEP: 14900-219 | Itápolis / SP
Contato: (16) 3263-8000 | www.itapolis.sp.gov.br

Onde:

ISG = Índice de Solvência Geral

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

Será considerada **inabilitada**, a empresa cujo “Índice de Solvência Geral” for inferior a **1,0 (um)**.

“Índice de Solvência Geral”, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}} \quad \text{Resultando ISG} \geq 1,0$$

Onde:

ISG = Índice de Solvência Geral

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

Será considerada **inabilitada**, a empresa cujo “Índice de Solvência Geral” for inferior a **1,0 (um)**.

- “Índice de Liquidez Corrente”, aplicando-se a seguinte Fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad \text{Resultando ILC} \geq 1,0$$



Onde; ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Corrente” for inferior a 1,0 (um).

A fórmula deverá estar preferencialmente, aplicada em memorial de cálculo juntado ao balanço.

Comprovação de capital social de 10% do valor total estimado da contratação.

Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

20. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato nos moldes do art. 96 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

20.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da Contratada, conforme previsto em lei:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) fiança bancária;
- c) seguro-garantia;
- d) título de capitalização, quando admitido pela legislação vigente.



20.3. Na hipótese de opção pelo **seguro-garantia**, a apólice deverá ser apresentada **até a data da assinatura do contrato**, contendo cláusula de vigência compatível com o prazo exigido neste Termo de Referência.

20.4. Nos casos de **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização**, a Contratada deverá apresentar o comprovante da prestação da garantia no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da assinatura do contrato.

20.5. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido sujeitará a Contratada à aplicação de **multa diária de 0,07% (sete centésimos por cento)** sobre o valor total do contrato, limitada ao teto de **2% (dois por cento)**.

20.6. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a **rescisão contratual**, por descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, nos termos do **art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

20.7. A garantia prestada assegurará, independentemente da modalidade adotada, o pagamento de:

- prejuízos decorrentes do **não cumprimento do objeto** ou do inadimplemento das obrigações contratuais;
- danos diretos causados à Administração, decorrentes de **culpa ou dolo** da Contratada durante a execução do contrato;
- **multas moratórias e punitivas** aplicadas pela Administração;
- obrigações **trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS**, quando cabível, nos termos da legislação aplicável.

20.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta a ser fornecida pela Contratante.

20.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia



autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

20.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.14. A Contratante poderá executar a garantia na forma prevista na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Será considerada extinta a garantia:

- I. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento dos valores caucionados, acompanhada de termo circunstanciado que ateste o cumprimento integral das obrigações contratuais;
- II. após o prazo de 90 (noventa) dias do término da vigência do contrato, desde que não haja comunicação formal da ocorrência de sinistro.
- III. O garantidor não integra eventual processo administrativo instaurado para apuração de responsabilidade ou aplicação de sanções à Contratada.
- IV. A Administração poderá descontar da garantia valores que lhe sejam devidos pela Contratada em razão de inadimplemento contratual, após regular processo administrativo, devendo a Contratada recompor o valor no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Os valores prestados em dinheiro a título de garantia serão devolvidos à Contratada no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, após solicitação formal, desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais e realizado o recebimento definitivo da obra.

21. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1. Apresentação da **ART ou RRT de execução da obra**, devidamente registrada pela contratada.

21.2. Indicação do responsável técnico pela obra, contendo nome completo, formação profissional, número de registro no CREA ou CAU, endereço e telefone comercial.

21.3. Indicação do profissional legalmente habilitado responsável pela segurança do trabalho, conforme legislação vigente.

22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor da contratação é estimado em R\$ 457.738,51 (quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e oito reais e cinquenta e um centavos) conforme planilha orçamentária sintética que integra o presente instrumento.

23. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Considerando tratar-se de **obra de engenharia**, cuja contratação envolve a execução de serviços técnicos especializados, o fornecedor deverá ser selecionado por meio de **procedimento licitatório**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

Avenida Florêncio Terra, 399 | Centro | CEP: 14900-219 | Itápolis / SP
Contato: (16) 3263-8000 | www.itapolis.sp.gov.br

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, observadas as condições, exigências técnicas e especificações constantes neste Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais documentos que integram o processo licitatório.

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

OBRAS E INSTALAÇÕES

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão: 02.10.02 (Fundo Municipal de Saúde)

Classificação Funcional:

10.302.0002.3.107

10.302.0002.3.123

10.302.0002.3.127

10.302.0002.3.142

Itápolis, 17 de abril de 2026

Rafaela Amanda Revoredo
Secretaria Municipal de Saúde

